

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

WILLIAN XAVIER DE ARAUJO

**PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA: nível dos preços no Brasil  
(1985 – 1999)**

GOIÂNIA - GO

2021

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**WILLIAN XAVIER DE ARAUJO**

**Matrícula: 2017.2.0021.0011-0**

**PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA: nível dos preços no Brasil**  
**(1985 – 1999)**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Professor Me Gesmar José Vieira.

GOIÂNIA - GO

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

WILLIAN XAVIER DE ARAUJO

**Matrícula: 2017.2.0021.0011-0**

**PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA: nível dos preços no Brasil  
(1985 – 1999)**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharel em Economia, pela seguinte banca examinadora:

---

Professor Me: Gesmar José Vieira  
Orientador: Curso de Ciências Econômicas – PUC Goiás

---

Professor Me: Goiaz do Araguaia Leite Vieira  
Curso de Ciências Econômicas – PUC Goiás

---

Professor Me: Edilson Gonçalves de Aguiaris  
Curso de Ciências Econômicas – PUC Goiás

Goiânia – GO, 2021

Data da Aprovação 16/06/2021

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, pela vida e pela força que me transmite, por me ajudar a enfrentar as dificuldades nessa trajetória.

Aos meus pais, os quais me fortalecem e me ajudam a seguir em frente sempre.

Agradeço aos meus irmãos por todo o apoio e auxílio incondicional.

A todos os professores da PUC-Goiás que contribuíram para o meu conhecimento e amadurecimento, em especial ao professor Gesmar José Vieira que se dispôs a ser meu orientador, a todo seu conhecimento e paciência, os quais contribuíram significativamente para que esse estudo fosse desenvolvido.

A todos meus amigos que de alguma forma me ajudaram e estiveram sempre do meu lado.

A todos, meu muito obrigado.

“Não será provavelmente um bom economista quem não é nada mais do que isso. Os fenômenos sociais agindo e reagindo uns sobre os outros não podem ser compreendidos corretamente quando destacados”.

Stuart Mill

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo mostrar os efeitos das políticas macroeconômicas, com as quais as reformas de políticas econômicas foram promovidas no sentido de realizar a estabilização do nível de preços no Brasil, no período de 1985 a 1999, bem como definir e conhecer os planos econômicos necessários à estabilização e apresentar os fundamentos do Plano Real e sua importância quanto a esse processo, que paralelamente à contenção dos preços, se refere à criação de mecanismos necessários à sua manutenção, além da análise dos efeitos de cada plano econômico desenvolvido no citado período. Por fim, faz-se uma breve análise do período anterior ao Plano Real, destacando os desafios e as oportunidades colocadas para a economia brasileira a partir de seus efeitos, no que diz respeito à estabilização dos preços no Brasil, a partir dos efeitos dos planos de estabilização monetária essenciais para o equilíbrio econômico da economia brasileira, todos analisados à luz dos pontos indicados nas bibliografias pesquisadas.

**Palavras chaves: Planos Econômicos. Estabilização. Nível de Preços.**

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Comportamento da Inflação Mensal – IGP-DI - 1985 – 1986.....	29
Gráfico 2 – Reservas Internacionais (US\$ milhões) - 1995 – 1998.....	39
Gráfico 3 – Efeitos do Plano Real sobre a inflação.....	40

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Inflação em Áreas Seleccionadas, 1985-1990 (% ao Ano).....	16
Tabela 2 – Taxa de Inflação na Fase I do Plano Real no período de maio de 1993 a fevereiro de 1994.....	30
Tabela 3 – Taxa de Inflação no período de implantação do Plano Real (IPCA) de maio de 1993 a dezembro de 1994.....	35
Tabela 4 – Inflação do Brasil 1985-1999.....	37
Tabela 5 – Indicadores, índices, IDH e classificação do desenvolvimento humano no Brasil (1990 – 1998).....	42

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BTN – Bônus do Tesouro Nacional

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSE – Fundo Social de Emergência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGP-DI – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado

IPA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

IPMF – Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

MP – Medida Provisória

PAI – Plano de Ação Imediata

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

URP – Unidade Referencial de Preços

URV – Unidade Real de Valor

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, INFLAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS NO PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA.....</b>	<b>12</b>
1.1 ORIGENS DA INFLAÇÃO BRASILEIRA.....	12
1.2 PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS.....	15
1.3 PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA NO PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA.....	17
1.3.1 Plano Cruzado.....	17
1.3.2 Plano Bresser.....	20
1.3.3 Plano Verão.....	21
1.3.4 Plano Collor.....	22
1.3.5 Plano Real.....	24
<b>2. ESTABILIZAÇÃO DO NÍVEL DE PREÇOS NO BRASIL: os planos de estabilização monetária.....</b>	<b>26</b>
2.1 PLANOS ECONÔMICOS E A ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS.....	26
2.2 FASES DO PLANO REAL: AJUSTE FISCAL, DESINDEXAÇÃO E ÂNCORA NOMINAL.....	29
2.3 FUNDAMENTOS DO PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS.....	34
<b>3. O PLANO REAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS COMO DETERMINANTES PARA A ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS NA ECONOMIA BRASILEIRA.....</b>	<b>36</b>
3.1 BENEFÍCIOS DO CONTROLE DO PROCESSO INFLACIONÁRIO.....	36
3.2 O SETOR FINANCEIRO, O SETOR REAL, AS CONDIÇÕES E ATITUDES SOCIAIS.....	38
3.3 OS IMPACTOS DA ESTABILIZAÇÃO NAS CLASSES DE RENDA MÉDIAS E BAIXAS FRENTE AO MERCADO DE BENS E SERVIÇOS.....	39
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo principal da presente monografia é analisar o processo de estabilização do nível de preços no Brasil, a partir dos planos de estabilização monetária. Como objetivo específico procura-se definir os planos econômicos e ou monetários necessários à estabilização dos preços; apresentar os fundamentos do plano real, quanto ao processo de estabilização dos preços; e identificar as três fases do plano real, são elas: o ajuste fiscal, a desindexação e a âncora cambial.

As indagações contribuem para que a busca por explicações seja eficaz. Assim, como problema levantado busca-se questionar o que foi determinante para o sucesso do Plano Real quanto ao objetivo que define a estabilização do nível de preços na economia brasileira e o que isso trouxe como consequência à realidade brasileira.

Em resposta e no sentido de justificar o problema levantado, por hipótese, procura-se mostrar que a estabilização monetária no êxito do plano real implicou em vários benefícios, tais como: o controle inflacionário histórico e crônico, reduzindo o contingente de pobreza absoluta (efeito redistributivo) e, como consequência, ampliou o acesso das classes de renda médias e baixas ao mercado dos produtos.

Além disso, espera-se apresentar como a hipótese impactou de forma positiva o setor financeiro, o setor real e as condições e atitudes sociais, porém não sem trazer efeitos colaterais para economia nos períodos que se seguiram.

Este estudo científico justifica-se pela relevância econômica e social que se obteve. As análises propostas dão ênfase ao conhecimento do processo de formação e estruturação da economia, além de relacionar o contexto da inflação brasileira e as preocupações com a criação dos planos econômicos com vistas a minimizar o crescimento inflacionário diante de várias tentativas almejadas, no sentido de estabilizar o nível de preços.

Como método de pesquisa científica, o conteúdo expressa-se por meio de problemas e hipóteses que são analisados e demonstrados de maneira descritiva. De modo que, identificado os fatores que determinam o fenômeno, a explicação é dada estabelecendo relações entre as variáveis. Na pesquisa, utilizou-se do método dedutivo na busca da abordagem a partir da bibliografia levantada com o objetivo de trazer uma abordagem sobre a inflação e no combate a ela, com a criação do Plano Real.

A presente monografia está estruturada em três capítulos. No primeiro, base de sustentação dos fundamentos teóricos, são estudadas as questões da estabilização

monetária, a inflação e formação dos preços no período da Nova República, a partir do conhecimento das raízes da inflação brasileira no período de 1985 a 1999; e a análise do processo de estabilização dos preços. Da mesma forma, se evidenciaram os estudos sobre os planos de estabilização monetária no mesmo período.

O segundo capítulo é dedicado à análise dos objetivos da estabilização do nível de preços no Brasil, a saber: os planos de estabilização monetária; planos econômicos e a estabilização dos preços e das fases de ajuste fiscal, desindexação e âncora nominal; além dos fundamentos do plano real e a estabilização dos preços.

Inclui-se, no terceiro capítulo, a análise do Plano Real e suas consequências como determinantes para a estabilização dos preços na economia brasileira; os benefícios do controle do processo inflacionário; o setor financeiro, o setor real e as condições e atitudes sociais; os impactos da estabilização nas classes de renda média e baixas frente ao mercado de bens e serviços.

# 1 ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, INFLAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS NO PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA

## 1.1 Origens da Inflação Brasileira

Por definição, a inflação pode ser descrita como sendo o aumento generalizado e contínuo dos preços. Para a taxa de inflação, tem-se que ela trata-se de um indicador do aumento do nível geral de preços. Se, por exemplo, a taxa de inflação for de 40% ao ano, um indivíduo que se utiliza de R\$ 100,00 na aquisição de um determinado bem ou serviço, gastaria aproximadamente R\$ 140,00, para realizar uma nova compra no período subsequente.

Tanto a inflação como a deflação, são calculadas mediante a utilização de índices de preço, os quais se derivam basicamente em índice de preço ao consumidor e índice de preço ao produtor ou no atacado. Em síntese, são compostos por itens que compõem as cestas do consumidor final ou do produtor.

Segundo Vasconcellos (2006), esse procedimento ocorre durante processos inflacionários, quando se observa que os preços dos bens e/ou serviços não crescem na mesma proporção, para que ela ocorra, o aumento dos preços deve ser generalizado.

[...] um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços. Ou seja, os movimentos inflacionários são dinâmicos e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços. (VASCONCELLOS, 2006, p. 338)

Geralmente, não há sincronia na forma de como se dá o acréscimo nos preços. O que se verifica, com o crescimento dos preços, é uma perda de poder aquisitivo de moeda, em que uma mesma unidade monetária comprará menor quantidade de bens e ou serviços, com isso, fica evidente que a inflação promove a distorção dos preços relativos, de alguns bens e ou serviços, enquanto de outros essa variação é menor do que a média deles.

Para Pereira & Nakano (1984, p. 17), define-se inflação como o aumento desproporcionado dos meios de pagamentos em relação à renda nacional. Com isso, o aumento dos preços se dava como consequência da inflação e não a própria inflação.

Quanto às causas da inflação, para Bresser Pereira & Nakano (1984, p. 17), historicamente ela esteve ligada aos desequilíbrios internos e a choques externos, bem como às turbulências políticas internas relacionadas à economia, além de fatores que, na maioria das vezes a retroalimentaram.

Ainda sobre as causas predominantes da inflação, em suas formas puras, pode se afirmar que se trata do excesso de demanda agregada em relação à oferta agregada ou da expansão dos custos componentes desta oferta. As pressões resultantes dessas duas causas primárias dão origem a dois tipos diferenciados de inflação, respectivamente, inflação de demanda e inflação de custos ou de oferta.

Um aumento de preços gerado por um deslocamento ascendente da curva de demanda da economia é frequentemente chamado de inflação de demanda. Um aumento geral de preços é uma inflação, e aquela causada por um deslocamento da demanda é identificada como inflação de demanda. E esta contrasta com a inflação de custos que tem suas origens na oferta da economia. (BRANSON, 1978, p. 319)

A Inflação de demanda refere-se a um excesso de demanda em relação à produção disponível, isto é, quando a demanda acompanha a oferta. Isso será mais provável de ocorrer quando se tem a economia próxima à condição de pleno emprego, ou seja, próxima da utilização total da capacidade produtiva.

O excesso de demanda é geralmente ocasionado por expansão monetária decorrente de déficit público (emissão de títulos do governo). Deve-se ressaltar que uma elevação do estoque de moeda produz aumento do nível geral de preços, ocasionando um processo inflacionário, caso a emissão de moeda persista, perdurará, então, o déficit público. Portanto, combater a inflação de demanda significa combater o déficit público para que se interrompa a emissão monetária.

Já a inflação de custos pode ser entendida como inflação de oferta e decorre do aumento dos custos das empresas que são repassados para os preços de produtos e serviços.

Em outras palavras, o aumento no preço dos insumos, aumentos salariais e aumento na taxa de juros são fatores que pressionam os custos, citam-se como exemplos, os salários e outros custos trabalhistas que são forçados para cima e, neste caso, se não houver um aumento na quantidade de recursos na economia, os produtores repassam esses acréscimos aos consumidores finais via preço de venda.

Quando se tem a inflação de custos não significa que se deixou de considerar a inflação de demanda como um fato empírico, ou seja, desconsiderar o pleno emprego como um movimento automático da economia, o que significa não gerar demanda agregada suficiente para assumir a força de trabalho, o que poderá ocorrer em época de crescimento rápido.

A inflação que ocorre devido a um deslocamento ascendente da curva de oferta é geralmente chamada de inflação de custos. O aumento nos salários exigidos, representado por um deslocamento dirigido para cima da curva de oferta de trabalho, eleva os custos e leva os produtores a reduzirem o produto e aumentarem os preços. (BRANSON, 1978, p. 321).

Dessa forma, ao se diferenciar a inflação de demanda e a inflação de custos, deve-se utilizar a discussão que mostra a tendência automática do pleno emprego na economia capitalista, citada nos parágrafos anteriores. Neste caso, fica evidente que a inflação de demanda se trata de um fenômeno ligado à demanda agregada, que se associa à economia de pleno emprego dos fatores.

Os fatores aceleradores associam-se às concepções ortodoxas, segundo as quais a inflação tem origem, por um lado, no desequilíbrio dos orçamentos públicos e na sua cobertura via emissão primária de moeda e, por outro lado, em custos expandidos via lucros ou salários. Já os fatores mantenedores partem do pressuposto de que não se deve perder de vista o fato de que a taxa de inflação em dado momento está fortemente relacionada às taxas de inflação no passado. (LOPES e ROSSETTI, 1992, p. 258)

Neste sentido, para Rezende (1985), esse caráter se substancializa como momento inercial da inflação em um mecanismo onde os indivíduos aumentam seus preços entrando num certo tipo de tendência. É um mecanismo informal de indexação.

De acordo com Lopes e Rossetti (1992), “a inflação torna-se inercial quando os contratos têm cláusulas de indexação que restabelecem seu valor após intervalos fixos de tempo”. Na abordagem inercialista, a indexação é um dos fatores principais que colaboram para a manutenção das altas inflacionárias.

A propósito dos conceitos de inflação, é possível afirmar que, em termos de comportamento dos indivíduos, tem-se que os preços atuais sejam aumentados em decorrência dos acréscimos passados, os quais são compensados pelos possíveis aumentos da renda, o que implica no aumento da demanda por bens finais e/ou serviços e, de certa forma, pressionando os preços para novos aumentos, gerando, então, uma inércia no processo inflacionário.

Os planos anti-inflacionários adotados após 1986 no Brasil, as autoridades adotaram o congelamento de preços e salários, para tentar eliminar a chamada memória inflacionária, ou seja, desindexar a economia. Outro recurso foi a troca da unidade monetária, em que durante algum tempo coexistem uma moeda inflacionada (como o cruzeiro real) e uma moeda teoricamente sem inflação (como o real), indexada ao dólar ou a uma cesta de moedas estrangeiras. (VASCONCELLOS, 2006, p. 343)

Os mecanismos de indexação ligam os preços do presente à inflação passada. Alguns contratos formais podem (ou podiam) ter cláusulas de indexação, assim estariam se baseando constantemente na inflação passada para reajustarem seus preços. Tais mecanismos formais de indexação se fizeram presentes entre os anos 70 e 90 na economia brasileira.

## **1.2 Processo de Estabilização de Preços**

A estabilização econômica, do ponto de vista acadêmico, pode ser analisada conforme os aspectos de medidas econômicas, de acordo com situações ou momentos em que são observados por meio de cenários em que a busca individual de puro interesse próprio leva a resultados que não são eficientes.

Esses resultados podem ser melhorados do ponto de vista da sociedade, ou seja, quando a motivação dos agentes vão no sentido de agirem de acordo com os seus interesses próprios, contrários aos dos principais agentes que os causaram. Essas ações vêm de encontro com a adoção de economia ortodoxa, que pode incluir as teorias de falha de mercado e de falha do governo.

Outra forma de se ver a necessidade de buscas ao processo de estabilização se dá quando se coloca em situação de discordâncias em relação às opiniões tidas como comuns, quais sejam fora da esfera ortodoxa, em contrapostos ao que é aceito pela maioria dos agentes.

No caso brasileiro, na década de 1980, deu-se um claro exemplo dessa situação, quando se buscou quebrar a memória inflacionária mediante a adoção da política de congelamento de preços, medida clara de uma ação de política econômica, de caráter heterodoxo.

Ainda quando se reporta às questões de política econômica voltadas para os processos de estabilização de preços, é importante observar que as economias que, na década de 1980, sofreram impactos relacionados aos estrangulamentos externos, adotaram congelamentos de preços, que passaram por descontrole de contas públicas e aqueles em que os critérios não foram bem definidos experimentaram planos econômicos desfavoráveis. No caso do Brasil, citam-se os planos: Cruzados I, Cruzado II, Plano Bresser e Verão, cujos resultados foram precedidos de impactos de curto prazo.

A estabilidade de preços destaca o momento em que o nível deste na economia permanece inalterado, o que não significa que haja variações de preços relativos, já que

no agregado o nível de preços não muda. Em outras palavras, a taxa de inflação é próxima a zero.

A estabilidade de preços é obtida quando os agentes econômicos não mais levam em conta a possível mudança no nível geral de preços nas suas tomadas de decisões. (GREENSPAN, 1996)

Tabela 1 – Inflação em Áreas Seleccionadas de 1985 a 1990 (% ao Ano)

ÁREA/ANO	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Nações Industrializadas	3,7	3,4	3,0	3,3	4,0	4,1
Nações Asiáticas em Desenvolvimento	6	8,7	89,5	14,4	11,7	7,9
Nações em Desenvolvimento no Hemisfério Ocidental	145	87,8	131	286	533	768

Fonte: FMI (1991) – Tabela elaborada pelo autor

Conforme dados do Fundo Monetário Internacional – FMI, apresentados na Tabela 1, mostra-se que entre o período de 1985 a 1990, foram observados elevados índices de inflação nos países em desenvolvimento, particularmente nos países ocidentais, gerados em razão de endividamentos anteriores, para o cumprimento de metas de redução de déficits orçamentários. Esses resultados levaram à adoção de medidas que buscassem a estabilização de preços, mediante medidas heterodoxas.

Segundo Abreu (1989), a recessão no período do início dos anos 1980 contribuiu para uma melhora no balanço de pagamentos, reverteu o déficit existente na balança comercial, transformou-o em superávits, mas não surtiu efeito algum na inflação.

O quadro de desequilíbrio macroeconômico com que a economia brasileira defrontou-se na década de 80, caracterizado por elevado endividamento externo, desestruturação do setor público, inflação explosiva e perda de dinamismo, teve sua origem em grande medida em erros de diagnóstico bem como na timidez que caracterizou o uso de instrumentos de política após o primeiro choque do petróleo. (ABREU, 1989, pg. 300)

Em 1985, implementou-se, no Brasil, planos de estabilização com o objetivo de promover um processo de estabilização de preços, com vistas a eliminar a inflação, cujas tentativas anteriores foram baseadas em adoção de instrumentos de políticas monetária e fiscal restritivas, as quais não foram eficientes, além de imprimirem impactos nos níveis de emprego e de renda.

### 1.3 Planos de Estabilização Monetária no Período da Nova República

Quanto às questões de política monetária, tem-se que o objetivo principal está na busca da estabilidade de preços, uma vez que as decisões de políticas econômicas utilizadas pelas autoridades monetárias e ou bancos centrais, para análise de metas de inflação e equilíbrio de preços, se inserem nesse contexto.

De acordo com Fligenspan (1998), essas políticas não foram eficientes, em razão da característica inercial da inflação. Pois neste sentido, os choques externos causaram grandes danos à economia fazendo a inflação escalar novamente e ocasionando forte recessão.

Na década de 1980, essas ações ganharam mais força, já que havia a expectativa de não apresentar solução, pois as ferramentas utilizadas para combatê-la não pareciam surtir efeito, razões pelas quais foram criados os planos econômicos.

De acordo com os estudos de Modiano (1999), do período de 1986 a 1994, com vistas a buscar o equilíbrio da economia, aconteceram em torno de seis planos de estabilização, os quais não tiveram sucessos, entre estes: o Plano Cruzado I e o II (1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1988), os Planos Collor I (1991) e Collor II (1991). Embora apresentassem impactos momentâneos, a inflação voltava logo a seguir, sem que se realizasse uma medida que fosse confiável e eficiente.

#### 1.3.1 Plano Cruzado

As decisões econômicas tomadas no decorrer do governo da Nova República, a partir de 1985, foram condicionadas à formação de um quadro político que possibilitasse a estabilização econômica. Assim, segundo dados de Eduardo Modiano (1988, p. 347), o governo Sarney procurou dar solução à escalada inflacionária e, para isso, optou-se por um plano de estabilização heterodoxo, o Plano Cruzado.

Isso aconteceu porque, no período de 1981 a 1984, as tentativas de redução da inflação pelos planos de estabilização de inspiração ortodoxa, apesar de haver promovido o ajustamento externo da economia, não conseguiram evitar a escalada da inflação e do desemprego.

Conforme Baer (1996, p. 163), um plano heterodoxo de estabilização foi anunciado em fevereiro de 1986 para interromper de imediato uma inflação que parecia estar fugindo ao controle, o Plano Cruzado. Uma nova moeda foi introduzida para substituir o Cruzeiro e novas regras foram implantadas. A partir disso, buscou-se um

processo denominado de “choque neutro”, em que a moeda “Cruzado” teve o mesmo padrão de distribuição de renda da moeda “Cruzeiro”.

Com a assinatura do Decreto-Lei nº 2.283, em 27 de fevereiro de 1986, que instituiu a nova unidade do sistema monetário brasileiro, observou-se a criação de novas medidas, a saber, são elas:

- Os salários deveriam ser convertidos pelo poder de compra dos últimos seis meses mais um abono de 8%, quanto que para o salário mínimo esse abono seria de 16%;
- Os aluguéis foram recalculados por meio de fatores multiplicativos baseado em relações média-pico (mesma fórmula dos salários sem o aumento de 8%);
- Os preços finais em geral foram congelados, exceto a energia elétrica, que sofreu aumento em 20%;
- A taxa de câmbio foi fixada e uma maxidesvalorização compensatória ou defensiva foi descartada;
- Criação de uma nova moeda, o cruzado, que substituía o antigo cruzeiro (Cz\$1 sendo igual a Cr\$1.000,00);
- Para os ativos financeiros foram criadas regras diferentes.

A partir de então, não se registra o estabelecimento de metas quanto às políticas monetária e fiscal, no sentido de ajustar a oferta de moeda a uma maior demanda. Assim, a taxa de juros acompanharia o grau de liquidez da economia.

Dessa forma, conforme termos do Decreto-Lei nº 2.283/1986 registra-se que o Plano de Estabilização Econômica, até então instituído, que ficou conhecido como “Plano Cruzado” teve como objetivo minimizar o processo inflacionário da época. Naquela época, instituiu-se o plano econômico, com o slogan de “inflação zero”.

O plano foi recebido pela população com grande entusiasmo. Assim, apesar de ter sido lançado sob a forma de um decreto-lei, ou seja, sem discussão com a sociedade, o Plano Cruzado parecia satisfazer os anseios da população. (MODIANO, 1988, p. 360)

A taxa de inflação caiu e o apoio popular rendeu créditos ao governo. Além da queda da inflação, o grande crescimento econômico logo após o Plano Cruzado foi notável. Quando lançado, o país já contava com dois anos de crescimento, sendo, em 1985, de 8%. A produção de bens de consumo duráveis aumentou e as contas externas obtiveram superávits comerciais.

Parecia que o Brasil descobrira como administrar contas externas sólidas mantendo um excepcional crescimento com o aumento dos salários reais, diminuindo o desemprego, e com uma inflação insignificante. (BAER, 1996, p.168)

As medidas de congelamento dos preços não permitiam aos produtores promoverem os reajustes de seus preços, reduzindo substancialmente a rentabilidade dos produtos, inviabilizado o processo de produção. Ocorre que aquela reforma decorreria a partir do aumento do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital das operações financeiras, fazendo com que o próprio plano a abortasse quando eliminou os ganhos nominais de capital.

Para Modiano (1988, p. 360), o Plano e seus elementos estimularam ainda mais a demanda interna e o crescimento econômico, aumentando o poder de compra dos salários, causando dificuldades do plano de estabilização e perpetuação do congelamento de preços em níveis inferiores em relação aos custos, gerando uma explosão de consumo.

Assim, no final de julho de 1986, a política econômica dispunha de apenas duas opções: ou decretava o fim do congelamento de preços ou desacelerava o crescimento do produto por meio de um rápido e severo corte na demanda agregada.

Na sequência, várias medidas foram efetuadas no sentido de dar solução ao problema sem se desconsiderar o congelamento. Essas medidas foram em especial os subsídios e a isenção de impostos. Neste instante, a persistência de manutenção do congelamento de preços tornou-se ineficiente, prejudicando o contexto fiscal e as contas externas.

Assim, foi constatado que os superávits muito elevados da balança comercial não refletiram o excesso de consumo do mercado interno e, a partir de outubro, registrou-se uma queda nas receitas das exportações. Neste caso, a medida adotada pelo governo foi o leve descongelamento do câmbio e a adoção de uma política de minidesvalorizações.

A expectativa de uma nova e maior desvalorização do cruzado estimulou ainda mais o adiamento de exportações e a antecipação de importações, levando a uma deterioração maior das contas externas nos meses posteriores. (MODIANO, 1988, p. 363)

Como medidas complementares de correção e com o objetivo de controlar o déficit público por meios de um aumento de receitas, baseando-se no aumento de tarifas e dos impostos indiretos, o governo anunciou, em novembro 1986, o Cruzado II.

Essa política monetária de contenção do crédito resultou no desaquecimento da economia, na queda da demanda e na desestruturação das condições de oferta por conta do longo período do congelamento dos preços.

À época, acreditava-se que o objetivo principal do Plano Cruzado era o de eliminar a inflação de caráter inercial, com a adoção de medidas heterodoxas. As medidas até então tomadas, mediante o longo período de congelamento de preços, proporcionou um crescimento da demanda agregada, gerando impacto nas contas externas.

### 1.3.2 Plano Bresser

Em junho de 1987, foi introduzido o Plano Bresser, considerado um plano de estabilização econômica que incluiu elementos tanto ortodoxos quanto heterodoxos, com vistas ao combate da inflação, no entanto, não buscava a inflação zero e nem se propunha a eliminar a indexação dos preços, apenas visava “segurar” a aceleração inflacionária e evitar a hiperinflação.

O pressuposto básico foi a retirada do gatilho e a redução do déficit público no sentido de promover um choque deflacionário. Para conter a crise, o congelamento e a desvalorização fiscal foram medidas escolhidas, enquanto os problemas de longo prazo continuariam lá.

Segundo dados de Mariano (2012, p. 26), as principais medidas foram: novo congelamento de salários, que seriam corrigidos a cada trimestre pela Unidade Referencial de Preços (URP), e de alugueis; novo congelamento de preços (com a determinação do prazo de três meses); e alteração na base de cálculo da inflação.

Após o fracasso do Plano Cruzado, os agentes econômicos se protegeram quanto ao congelamento de preço e, com isso, estabeleceu-se uma política monetária e fiscal ativa, com a manutenção da taxa real de juros positiva, a pretensão de reduzir o déficit público e até a idéia de um Banco Central independente, embora sem a observação de consequentes resultados.

Vários fatores contribuíram para seu insucesso. A falta de apoio popular após o fracasso do Plano Cruzado; a expectativa generalizada de que o congelamento seria apenas uma tregua passageira, e que após os três meses os reajustes de preços e salários seriam retomados; o desequilíbrio dos preços relativos, devido tanto aos aumentos defensivos antes da decretação do congelamento como às majorações dos preços administrados pelo governo; as taxas de juros reais positivas inibiam os investimentos produtivos, privilegiando os especulativos,

embora reduzissem a explosão de consumo; e os novos superávits alcançados na balança comercial, que obrigaram o governo a acelerar a emissão primária de moeda, realimentando a espiral inflacionária. (REZENDE, 2002, p. 179).

A princípio, aconteceu a recuperação da balança comercial e a queda inicial da inflação, porém, o Plano Bresser trouxe também uma queda na produção industrial e os aumentos salariais. Aliado a isso, a manutenção dos mecanismos de indexação trouxe uma rápida aceleração inflacionária. Por isso, registra-se o fracasso do Plano Bresser.

### 1.3.3 Plano Verão

O Plano Verão contava com elementos ortodoxos e heterodoxos. A parte ortodoxa visava conter a demanda por meio da diminuição dos gastos públicos e da elevação da taxa de juros, os componentes heterodoxos visavam promover a desindexação da economia sem predeterminar novas regras e, para isso, foi determinado um novo congelamento de preços.

Para atingir esses objetivos, foram adotadas medidas de contenção salarial, congelamento dos empréstimos para ao setor público e redução no prazo de recolhimento de impostos. Nessa fase, não foi lançado nenhum plano de ajuste estrutural significativo.

Os fracassos anteriores de políticas heterodoxas para combater a inflação tornaram impotentes os decretos oficiais para congelar e desindexar preços. A baixa credibilidade desses instrumentos e as expectativas negativas dos agentes econômicos resultaram no uso de medidas extralegais para aumentar preços. (BAER, 1996, p.194)

O ajuste fiscal previa a redução de despesas públicas, com eliminação de ministérios, redução de despesas de pessoal, aumento de privatizações e promoção de rigidez na programação financeira do Tesouro. A política monetária consistiu-se, além de acréscimos nas taxas de juros, de um controle de crédito maior ao setor privado e um aumento do recolhimento compulsório.

Inicialmente, o Cruzado foi desvalorizado e a seguir foram rompidas as regras adotadas para as minidesvalorizações mediante adoção de taxa de câmbio fixa. O que teve curta duração.

[...] Em fins de abril, o governo criou um novo indexador oficial, os Bônus do Tesouro Nacional (BTN), corrigido mensalmente de acordo com a variação do IPC. [...] O governo decretou a manutenção do controle apenas sobre os preços dos setores *monopolistas* e *oligopolistas*, liberando os reajustes dos

setores tidos como competitivos, o que na prática significou o fim do congelamento. (REZENDE, 2002, p. 182-183)

O resultado que se registrou foi o desabastecimento de bens no mercado. Outro fator inerente ao processo foi o congelamento da taxa de câmbio, fazendo com que o Brasil perdesse significativa quantidade de reservas monetárias internacionais. Por fim, deu-se uma nova crise econômica e, como consequência, a decretação da moratória da dívida externa, apesar da continuidade da moeda Cruzado até 1989, quando foi substituída pelo Cruzado Novo.

Os déficits públicos se mantiveram elevados e crescentes, enquanto o governo não realizou nenhum ajuste fiscal. Observou-se, durante esse período, o descontrole das contas públicas e o endividamento interno. Por ser um momento de final de governo Sarney, não havia qualquer mecanismo de política econômica, no momento em que as políticas monetária e fiscal se tornaram reféns da rolagem da dívida do Estado.

#### 1.3.4 Plano Collor

O combate a inflação foi também a principal preocupação do novo governo, ao instituir o “Plano Brasil Novo”, que ficou mais conhecido como “Plano Collor”. Iniciando com a adoção imediata de um plano que tinha o objetivo de romper com a indexação da economia.

Para isso, o plano tinha como base uma reforma fiscal, reforma administrativa, reforma monetária - focada na drástica redução da liquidez na economia - e políticas de estrutura heterodoxa como, por exemplo, congelamento de preços e de salários.

O plano incluía quatro medidas de curto prazo, segundo Pereira e Nakano (1991, p. 98) essas medidas eram: uma reforma monetária que incluía o bloqueio de 70% dos ativos financeiros do setor privado; uma política de rendas baseada num novo congelamento de preços; a introdução de uma taxa de câmbio flutuante e um ajuste fiscal.

Essas ferramentas se aproximam mais da economia ortodoxa, com aumento da base de arrecadação e reforma tributária, um controle maior sobre os bancos estaduais, abertura da economia aos agentes e concorrência externa, enxugamento da máquina estatal e início de processo de privatização. Essas reformas tinham como princípio permitir a retomada do crescimento econômico numa economia mais estável.

Neste sentido, essa reforma monetária teve como base a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro (Cr\$), a uma taxa de NCz\$ 1,00 = Cr\$ 1,00. No dia da posse de

Collor, o Banco Central reteve (por dezoito meses) todos os ativos monetários disponíveis nas instituições financeiras, públicas ou privadas, superiores a 50 mil cruzeiros. O choque foi anunciado pela então ministra da fazenda, Zélia Cardoso de Mello, prima de Fernando Collor.

Para Rezende (2002), sem dúvida, a questão mais emblemática do plano foi o confisco da liquidez. Com o objetivo de fazer uma política de congelamento do estoque de moeda.

O objetivo básico do “confisco” foi extinguir a especulação, tanto com estoques de mercadorias como em operações financeiras, enquanto provocava uma brusca redução da demanda agregada. Paralelamente, a liberação das importações visava forçar a indústria nacional a promover uma maior flexibilidade de preços, mediante incorporação de ganhos por *produtividade*, o que implicava em uma modernização tecnológica acelerada, sob pena de se ver expulsa do mercado por meio da concorrência com produtos de procedência externa, que apresentavam *preço menor e qualidade maior*. (REZENDE, 2002, p. 185)

Provocou, então, imediata desestruturação do sistema produtivo com corte de encomendas, uma considerável paralisia na produção, redução nas jornadas de trabalho, redução nos salários, férias coletivas, demissões, atraso no pagamento de dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais.

Consequentemente, houve um choque sobre os estoques monetários que promoveu uma intensa desestruturação em termos de produção e de emprego, causando uma retração do PIB na ordem de 8% no segundo trimestre de 1990. O governo, então, decide adotar uma taxa de câmbio flutuante, entre outras medidas, como a diminuição dos impostos de importação, com o intuito de promover uma abertura econômica no Brasil.

A sobrevalorização observada no meio do ano, combinada com a eliminação do programa de incentivo às exportações, causou um declínio de 8,7% nas exportações em 1990, enquanto que as importações aumentaram 11,5%, não só devido à sobrevalorização, mas também ao aumento dos preços do petróleo originados pela crise do Iraque. (BAER. 1996, p.199)

A valorização cambial leva o governo a interferir na taxa a fim de evitar uma sobrevalorização do cruzeiro. Esse fato, somado ao fim dos incentivos à exportação, causou declínio de exportações líquidas. Nos primeiros meses, a taxa de inflação no governo Collor realmente teve um declínio considerável, mas, no início de 1991,

principalmente pela incapacidade do governo de conter os déficits públicos, o processo inflacionário voltou com força total.

A recessão crescia e o trabalho informal aumentava (mascarando o desemprego que crescia), fazendo com que a arrecadação diminuísse, agravando o equilíbrio das contas públicas. Diante desse cenário, o Banco Central foi obrigado a intervir no mercado cambial, o Cruzeiro foi desvalorizado e o processo inflacionário impulsionado. Esse foi o fator substancial para o fracasso do Plano Collor I.

Em fevereiro de 1991, o governo, enfrentando dificuldades, buscou uma nova tentativa heterodoxa de estabilização: o Plano Collor II. Era um pacote econômico que consistia em uma reforma financeira limitada e que procurava eliminar o “overnight” num ataque à inflação inercial, através de um congelamento de salários, de preços e de outras formas de indexação.

As principais medidas da nova equipe foram: o controle dos meios de pagamentos e do fluxo de caixa do governo, além de apresentar uma maior atenção com a negociação da dívida externa e maior reaproximação do país com o sistema financeiro internacional, o descongelamento dos preços e o desbloqueio dos ativos que estavam no Banco Central do Brasil.

### 1.3.5 Plano Real

Após o processo de *impeachment* e da renúncia de Collor devido às denúncias de corrupção, em dezembro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência. Buscou-se uma postura de governo de transição com uma certa demora no direcionamento político econômico, sem qualquer tipo de congelamento ou confisco.

Com um período de grande instabilidade política e a aceleração da inflação, em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a gestão do Ministério da Fazenda. Propondo um novo programa de estabilização visando evitar erros e fraquezas de planos anteriores. O Plano Real foi proposto por FHC e projetado inicialmente como uma proposta que seria amplamente discutida pelo Congresso e seria, então, implementado de forma gradativa em três fases.

Três etapas foram postas em prática na seguinte ordem. A primeira medida foi um ajuste fiscal. Esse ajuste consistia em: 1) um aumento geral de impostos de 5%; 2) 15% de todos os impostos arrecadados iriam para o recém-criado Fundo Social de Emergência; e 3) corte nos investimentos, no pessoal nos orçamentos das empresas estatais, de cerca de US\$7 bilhões. (BAER, 1996, p.380)

Na segunda fase, buscou-se uma criação de um padrão estável de valor, uma moeda que serviria apenas como unidade de conta, de acordo com Bacha (1998, p. 16) todos os contratos de preços e salários seriam convertidos em múltiplos dessa unidade de valor. A URV – Unidade Real de Valor, cuja taxa de câmbio informal era de 1 URV = US\$ 1.00, em que o valor dessa unidade de conta seria estabelecido pelo Banco Central de acordo com a inflação. Contratos, preços, salários, impostos e aluguéis foram convertidos em URV e o uso foi voluntário por parte dos agentes econômicos.

A terceira fase consistia na liberação dessa unidade de conta, pois haveria a emissão e lastreamento da nova moeda. Quando todos os contratos fossem convertidos para múltiplos da URV, ela passaria a ser emitida como a nova moeda do país, o Real, na qual sua paridade inicial seria de R\$ 1,00 = US\$ 1.00. Isso foi feito à medida que a utilização da URV foi generalizada, pois já estaria sendo usada como unidade de conta e de reserva de valor.

A princípio, apresentou-se uma “onda” de aumentos de preços, pois muitos supermercados e lojas queriam aproveitar a confusão inicial dos agentes em relação aos preços relativos expressos na nova moeda. Porém, os agentes agora estavam com uma moeda que, supostamente, iria manter o seu poder aquisitivo e os preços logo começaram a cair.

## **2 ESTABILIZAÇÃO DO NÍVEL DE PREÇOS NO BRASIL: os planos de estabilização monetária**

### **2.1 Planos Econômicos e Estabilização dos Preços**

O objeto deste trabalho de pesquisa monográfica não é analisar as diversas políticas econômicas preconizadas a partir de 1980, mas conhecer a políticas de estabilização econômica, a partir do pressuposto inflacionário, que segundo a temática proposta, retoma os anos de 1986 até o momento da criação do Plano Real em 1994.

Nesta fase, procurou-se conhecer o processo de responsabilidade do Estado em vista dos prejuízos causados aos agentes econômicos, de forma especial aos indivíduos, a considerar as características de cada plano econômico proposto, além da necessidade de entendimento quanto às transformações econômicas impactadas por eles.

Assim, segundo Brito (2004), as dificuldades de compatibilização do plano de desenvolvimento se confundem em nível de conjuntura e de estrutura, já que englobam aspectos conjunturais. Na estrutura econômica, se situam as distorções causadoras dos desequilíbrios, tais como as desigualdades regionais, o processo de distribuição da riqueza e da renda, o baixo nível de tecnologia, a capacidade de poupança reduzida, desequilíbrios externos, altas taxas de juros e condições sanitárias.

(...) na conjuntura, o objetivo é de estabilização de preços, equilíbrio tributário, fiscal, monetário, cambial, somados a uma política de distribuição de rendas. (BRITTO, 2004, p. 14-15)

Os objetivos das políticas de estabilização situam-se nos processos de manutenção do pleno emprego dos fatores de produção, na estabilidade geral dos preços e equilíbrio da balança de pagamentos, fatos que objetivaram a criação dos planos de estabilização econômica, entre os quais o Plano Cruzado, em 1986; o Plano Bresser, em 1987; o Plano Verão, em 1989; o Plano Collor, em 1990; e o Plano Real em 1994.

Segundo Castro (2005), embora os planos tenham colaborado para que se verificassem momentos de crescimento, oriundos da expansão acumulada do produto, fracassaram no combate à estabilização dos preços. Cita-se o Plano Cruzado, de 1986, que propunha desindexar a economia por meio da introdução de uma moeda indexada que circularia paralelamente à moeda oficial brasileira.

Avalia-se que o Plano Cruzado foi um choque heterodoxo que tentou eliminar a indexação da economia trazendo mudanças no padrão da sociedade a partir da busca de

ativos reais, ações e consumo em detrimento dos ativos financeiros, principalmente da poupança.

Porém, o congelamento de preços foi, sem dúvida, a medida que mais se destacou, por agravar a estrutura de preços relativos da economia e por comprometer os setores com preços defasados. Assim, o desaquecimento da economia, a queda da demanda e a desestruturação das condições de oferta, por conta do longo congelamento, anunciaram o desfecho desolador da tentativa dos Planos Cruzados I e Cruzado II.

O Plano Bresser, contrariamente ao ocorrido com o Plano Cruzado, encontrou a economia já em processo de desaceleração e buscou estabilizá-la através da redução dos salários reais e da manutenção de altas taxas de juros e da elevada taxa real de câmbio.

Dadas às consequências do congelamento ocorrido durante o plano anterior, quando o congelamento retornou, as tabelas de comercialização não exprimiam a realidade dos preços, que estavam absolutamente superiores ao valor real.

Em outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Brasileira, transferindo ao Congresso parte da responsabilidade pela condução da política econômica.

(...) que de acordo com o novo esquema instituído a partir da URP – Unidade de Referência de Preços, a cada três meses seriam pré-fixados os percentuais de reajuste para os três meses subsequentes, tendo como base a taxa de inflação média dos três meses precedentes. Os preços também foram congelados pelo prazo máximo de 3 meses, contudo, antes foram anunciados diversos aumentos para os preços públicos e administrados, ou seja, a mesma falha apontada no Plano Cruzado. (MODIANO 1999, p. 55)

Em novembro de 1988, foi entabulado um acordo inédito entre governo, iniciativa privada e trabalhadores, instituindo uma nova modalidade de redutor, através da prefixação dos reajustes de preços. Esse foi o nascimento do pacto social, que conseguiu reprimir, embora temporariamente, a ameaça de hiperinflação e promoveu o fim da URP salarial.

Assim como os planos anteriores, pode-se dizer que o Plano Verão cometeu uma sucessão de erros de elaboração e de condução que o levou ao fracasso. Constata-se que nos três Planos, logo após o anúncio das medidas, a inflação recuava, porém, após breves períodos, ela acelerava-se novamente, e sempre com maior intensidade.

Do ponto de vista da eficácia do Plano Verão, a inflação baixou no primeiro mês de sua implementação (fevereiro), mas, já em março, entrou em rota ascendente. Agora, sem nenhum mecanismo de coordenação de expectativas devido à

extinção dos indexadores, cada agente olhava o índice que melhor lhe convinha, e os períodos de reajuste de preços foram sistematicamente reduzidos. O resultado para a economia foi um grande aumento da inflação, que ultrapassou 80% ao mês no começo de 1990. (GIAMBIAGI, 2011, p 119)

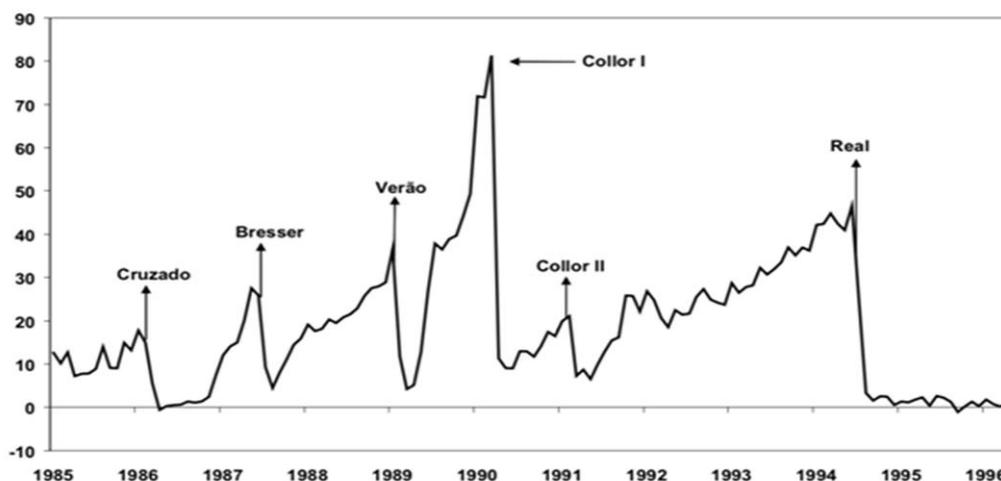
Além do diagnóstico tradicional de descontrole monetário e fiscal, uma corrente de pensamento começou a ganhar cada vez mais força. Para Gremaud; Vasconcellos; Toneto Junior (2011), o insucesso dos choques anti-inflacionários devia-se à elevada e crescente liquidez dos haveres financeiros não monetários. No governo que se seguiu, estabeleceu o quinto programa de estabilização econômica da Nova República, Plano Collor.

As reformas propostas por Collor, de fato, introduziram uma ruptura com o modelo brasileiro de crescimento com elevada participação do Estado e proteção tarifária, ainda que, na prática, a abertura comercial e financeira, bem como o processo de privatização, apenas deram seus primeiros passos no período de 1990-1994. A política industrial também ficou abaixo dos objetivos traçados, sempre subordinada à questão prioritária do combate a inflação. Já os planos econômicos Collor I e II não apenas fracassaram em eliminar a inflação, como resultaram em recessão e perda de credibilidade das instituições de poupança. (CASTRO, 2005, p. 142)

O resultado imediato foi uma enorme desestruturação do sistema produtivo com corte nas encomendas, semiparalisia na produção, demissões, férias coletivas, redução nas jornadas de trabalho, redução nos salários, deflação, atraso nos pagamentos de dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais além do desenvolvimento de meios de pagamento alternativos.

O Gráfico 3, apresenta um “retrato” dessa grande variação da inflação, ao verificar que, antes do Plano Collor I, o Brasil vivia uma hiperinflação com taxa superior a 80% ao mês. Com a adoção do plano, foi possível conter a inflação já em seus primeiros meses. Em 1991, as taxas dobraram e com o Plano Collor II, em janeiro de 1991, a inflação voltou a cair, todavia, voltou a subir de maneira contínua nos períodos subsequentes.

Gráfico 1 - Comportamento da Inflação Mensal – IGP-DI - 1985 - 1996



Obs.: Gráfico elaborado com base no IGP-DI mensal, de janeiro de 1985 a abril de 1996  
 Fonte: FGV

O crescimento da inflação, até então observado a partir de 1991, sofreu mudanças com a introdução do Real em 1994, quando editado, cujo objetivo foi de estabilizar o crescimento dos preços em patamares aceitáveis, minimizando os impactos da hiperinflação vigente. Esse resultado também pode ser observado a partir da análise realizada no Gráfico 3, conforme estudos da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

## 2.2 Fases do Plano Real: Ajuste Fiscal, Desindexação e Âncora Cambial

Em 1993, o Plano Real foi implementado de forma gradativa em três fases - ajuste fiscal, a desindexação e a âncora nominal, cujo programa contava com dois componentes básicos: o primeiro de curto prazo, visando alcançar a estabilidade de preços, e segundo, estrutural de longo prazo, visando permitir a manutenção dessa estabilidade no futuro.

O primeiro tratou-se do ajuste fiscal, cujo objetivo foi de estabilizar as contas públicas mediante o equacionamento do desequilíbrio orçamentário, até então existente, para os próximos anos baseando-se no corte de despesas, na redução das transferências do governo federal e no aumento de impostos.

O diagnóstico do desajuste das contas públicas como (principal) causa da inflação brasileira torna o Plano Real, já na sua concepção, diferente de alguns de seus precursores nas décadas de 1980 e 1990. (GIAMBIAGI, 2011, p. 142)

Para o corte de despesas, em maio de 1993, foi editado o Plano de Ação Imediata (PAI), medida que tinha por objetivo organizar e reduzir os gastos da União no orçamento do governo. Para tanto, houveram ajustes nos bancos estaduais em alguns

casos, por meio de intervenção do Banco Central e recuperação de receita via combate de evasão fiscal, envolvendo grandes empresas.

Para aumentar a arrecadação, um imposto sobre movimentações financeiras foi criado em caráter temporário, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). A finalidade dessa primeira etapa do plano era demonstrar que o governo federal tinha capacidade de executar as despesas orçadas sem precisar da receita gerada pela inflação.

Segundo Bacha (1998), o orçamento federal era tradicionalmente aprovado com déficit, mas como as despesas eram fixadas em preços nominais com impostos indexados, a inflação contribuía para o ajuste. Assim, tornava-se desnecessário o equilíbrio, já que esse era obtido por meio do imposto inflacionário.

[...] os cortes no orçamento representados pelo Fundo Social de Emergência representaram, portanto, um compromisso do governo federal de abandonar práticas orçamentárias dependentes da inflação. (BACHA, 1998, p. 19)

Bacha (1998), também relata que o PAI contava ainda com um intenso programa de combate à sonegação e, em fevereiro de 1994, foi proposta a Emenda Constitucional, conhecida como Fundo Social de Emergência (FSE), cujo objetivo foi de resolver com o FSE a questão dos programas sociais brasileiros.

A aprovação da FSE pelo Congresso traria confiança para a tese da equipe econômica, em relação ao equilíbrio do orçamento, primeiro passo para o controle da inflação, que abriu caminho para a segunda fase do plano, com a introdução de uma unidade de conta estável, a Unidade Real de Valor (URV).

A partir dos dados da Tabela 2, apresentada adiante, na fase de lançamento do PAI até a aprovação do FSE, é possível conhecer a evolução da taxa de inflação durante a primeira fase, que vai de maio de 1993 a fevereiro de 1994.

Tabela 2 - Taxa de Inflação na Fase I do Plano Real no período de maio de 1993 a fevereiro de 1994

Período	Taxa de Inflação (%)
mai/93	27,69
jun/93	30,07
jul/93	30,72
ago/93	32,96
set/93	35,69
out/93	33,92
nov/93	35,56
dez/93	36,84
jan/94	41,31
fev/94	40,27

A segunda fase foi de março a julho de 1994 com foco na reforma monetária, cujo objetivo foi buscar suprimir o componente inercial da inflação, para zerar a “memória inflacionária”, que se define a partir da fase da alta da inflação, os preços acompanham a inflação passada, enquanto na hiperinflação, os preços acompanham outra moeda, geralmente, o dólar. Assim, eliminam as ligações com os preços passados e se estabelecem condições para acabar com a inflação mediante a criação da nova moeda.

Nessa fase, a desindexação foi realizada de maneira voluntária, por meio de uma quase moeda, o que reduziu o período de reajustes de preços, quando se criou a URV e sua principal função foi de equilibrar os preços relativos da economia e coordenar as expectativas inflacionárias.

Desta forma, foi mais fácil vencer uma hiperinflação do que aniquilar inflações altas e institucionalmente enraizadas, pois contava-se com uma reforma monetária possível de apagar a memória inflacionária vigente, de forma a criar uma hiperinflação, sem arcar com as consequências.

Segundo Baer (1996), a URV foi vinculada ao dólar na proporção de um para um e sua cotação era em cruzeiros reais que aumentavam diariamente, sendo vinculada a três índices de ampla utilização: O Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas; o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo IBGE; e, por fim, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Neste contexto, ainda de acordo com Baer (1996), a economia brasileira continuou com a utilização da moeda antiga, o Cruzeiro Real, enquanto a URV serviria apenas como unidade de conta e não tinha função de meio de troca. Para a manutenção da paridade com a URV, o Banco Central se comprometeu a vender dólares sempre que essa paridade fosse igual a 1, entretanto, sem interferir quando o dólar tivesse seu valor reduzido.

[...] na introdução da URV, em primeiro de março de 1994, todos os salários seriam convertidos pelo salário real médio do quadrimestre anterior. A aprovação política desta medida em tempo hábil exigiu que procedimentos similares fossem impostos aos aluguéis residenciais e às mensalidades escolares. (BACHA, 1998, p. 20)

Intensificou-se, gradualmente, o uso da URV e essa medida promoveu uma maior coordenação nos preços e evitou a adoção de medidas de choque, como controle de preços e de salários, confisco da poupança ou alteração de contratos.

A URV ficou vigente durante 4 meses e, em 1º de julho de 1994, a Unidade Real de Valor foi transformada em uma nova moeda, o Real. Assumia, então, funções de meio de troca e reserva de valor. A paridade de troca com a antiga moeda ficou em 1 Real para 2.750 Cruzeiros Reais, valor relativo a 1 URV em 30 de junho de 1994, imprimindo assim a fase da âncora nominal.

Âncora monetária: as autoridades monetárias definem o crescimento do agregado monetário. O fato de a demanda de moeda não ser estática, assim como as relações entre agregados monetários e inflação, podem dar pouca utilidade as âncoras. [...] Âncora Cambial: [...] a utilização desse instrumento, com políticas fiscais e monetárias inconsistentes com a ancoragem, pode resultar em crises do Balanço de Pagamentos e, em alguns casos, em crises financeiras. [...]... Produto Nominal: ao se usar o produto nominal como referência para a política monetária, o produto real e o nível de preços entram com o mesmo peso na função objetivo da Autoridade Monetária. (GREMAUD e TONETO JR, 2011. p. 476)

A terceira fase do Plano Real começou com a Medida Provisória (MP) 542 de 1994, que instituiu o Plano Real, e apresentava uma série de medidas sobrepostas consideradas relevantes, nesse período.

A Medida Provisória (MP) 542, que deu início à terceira fase do Plano Real, apresentava um conjunto de medidas sobrepostas. Eram elas, entre outras: (1) o lastreamento da oferta monetária doméstica (no conceito de base monetária) em reservas cambiais, na equivalência de R\$1 por US\$1 (Art. 3 da MP) ainda que essa paridade pudesse ser alterada pelo Conselho Monetário Nacional (§ 4, alínea c); (2) a fixação de limites máximos para o estoque de base monetária por trimestre (até março de 1995), podendo as metas serem revistas em até 20%; e (3) a introdução de mudanças institucionais no funcionamento do Conselho Monetário Nacional, buscando dar passos em direção a uma maior autonomia do Banco Central. (GIAMBIAGI, 2011, p. 151)

Algumas dessas medidas foram alvos de críticas mediante argumentos de indefinição de certos mecanismos presentes na MP 542, sobre o que Giambiagi (2011) cita três aspectos: primeiro, o governo estabeleceu o lastro sem garantir a conversibilidade entre o dólar e o Real, o que reduzia a credibilidade, por lembrar que a redução da inflação pela URV remonetizaria a economia, no entanto, em proporções desconhecidas, ocasionando possível risco das metas monetárias estabelecidas serem ultrapassadas.

Ainda segundo dados de Giambiagi (2011), a MP 542 foi acusada de não conter uma consistência econômica, afinal, lançava simultaneamente âncoras cambial e monetária em uma economia de mobilidade cambial. Neste cenário, foi esclarecido que

o real adotaria uma âncora monetária e o câmbio seria livre para oscilar para baixo e o teto seria de R\$ 1,00 = US\$ 1.00.

Junto com a introdução da nova moeda, Baer (1996) relata que, naquele período foi adotada uma política monetária restritiva, impondo limite de curto prazo sobre empréstimos para financiar exportações, a exigência de um depósito compulsório de 100% sobre novas captações e limite da expansão da base monetária.

Além dessas medidas de curto prazo, o Banco Central anunciou um aperto de liquidez com o objetivo de, novamente, conter a explosão de demanda que poderia existir com a queda da inflação. Foram adotadas, conjuntamente, medidas estruturais de longo prazo, visando estabelecer condições permanentes para o crescimento econômico sustentável. Melhorar o sistema tributário, aumentar as privatizações, amplificar a abertura econômica e reduzir as despesas do orçamento da união.

Para tal, era imprescindível que buscasse as vantagens do estabelecimento de uma âncora cambial para a permissão do estabelecimento de contratos a longo prazo e a execução de forte pressão sobre os preços do setor de bens comercializáveis. De acordo com Giambiagi (2011), o resultado esperado era de que ocorresse, em um primeiro momento, uma distorção dos preços relativos. Em um segundo momento, esse acréscimo atrairia mais ofertantes até que se reduza a demanda e, conseqüentemente, o preço, fazendo com que a distorção inicial deixasse de existir.

Logo, a inflação sofreu uma queda abrupta no primeiro momento, contudo se manteve alta para os padrões internacionais, e, após isso, sofreu quedas suaves e graduais até se equilibrar com os referidos padrões internacionais. Para Giambiagi (2011), o papel da âncora cambial é justamente o de fazer com que a inflação caia aos padrões internacionais, sem que haja efeitos negativos e recessivos sobre a economia.

Imediatamente após a introdução da âncora, há uma queda brusca da inflação, ainda que ela se mantenha mais alta que os padrões internacionais, posteriormente, há um movimento de convergência da inflação doméstica para os padrões internacionais, expresso na queda discreta e contínua das taxas.

Daí vem a importância do valor da âncora cambial, que está exatamente em tornar essa convergência para os padrões internacionais num processo mais rápido, com poucos resultados recessivos sobre a economia, especialmente comparando-se com medidas deflacionárias com cortes na demanda.

### 2.3 Fundamentos do Plano Real e a Estabilização dos Preços

Ao longo da década de 90, a atitude com relação à inflação mudou radicalmente. Essa mudança foi motivada, basicamente, por três fatores: a) o alto custo produzido pelo aumento da inflação durante as décadas de 70 e 80; b) os custos menores que os esperados da desinflação global na década de 90; e c) a sensível evolução da literatura sobre os custos e benefícios da inflação naquele momento.

Além disso, o período de queda global das taxas de inflação durante a década de 1990 mostrou que os custos da desinflação podiam ser menores do que os esperados. Assim, apesar das dificuldades encontradas na estimação de alguns dos custos específicos da inflação, entre os economistas da época existia o consenso de que o objetivo principal da política monetária deveria ser a estabilidade de preços.

Nesse sentido, o Plano Real mostrou-se nos meses e anos seguintes, a medida de estabilização econômica mais eficaz da história do país, reduzindo a inflação - o seu objetivo principal -, ampliando o poder de compra da população, e remodelando os setores econômicos nacionais.

Primeiro, para o sucesso da implementação do Plano, é importante destacar os aspectos da situação externa que levaram a esses resultados e permitiam melhores condições do que os planos anteriores. Esses aspectos asseguraram a eficácia da âncora cambial.

“Havia abundância de liquidez internacional e um elevado patamar de reservas (US\$40 bilhões). Além disso, na década de 1990, a economia brasileira se tornou muito mais aberta. Por último, mas não menos importante, o Brasil concluiu um acordo nos moldes do Plano Brady somente em abril de 1994 (tendo sido um dos últimos países latino americanos a fazê-lo), o que o possibilitou um reescalonamento da dívida externa”.  
(GIAMBIAGI, 2011, p. 159-160)

É possível apresentar pelo menos outras três razões para o sucesso do Plano Real na estabilização geral dos preços: a primeira é que a sociedade brasileira havia chegado a um ponto máximo de saturação com a inflação; a segunda é o aprendizado com a experiência fracassada dos planos anteriores; e a terceira razão é que a economia brasileira estava mais aberta às importações do que nas vezes anteriores, o que possibilitou disciplinar os preços internos.

Outro aspecto notável foi a URV, que se mostrou ser mais eficaz naquele momento do que as estratégias adotadas anteriormente, entre elas, o congelamento de

preços. Enquanto a URV previa um período para alinhamento dos preços relativos, o congelamento provocava o desalinhamento desses preços.

Conforme dados da Tabela 3, apresentada adiante, pode se ver com clareza que as taxas de inflação, no período de maio de 1993 a dezembro de 1994 tiveram redução considerável, o que comprovou com clareza que as medidas de política econômica adotadas após a implantação do Plano Real foram eficazes.

**Tabela 3** – Taxa de Inflação no período de implantação do Plano Real (IPCA)  
de maio de 1993 a dezembro de 1994

<b>Período</b>	<b>Taxa de Inflação (%)</b>
<b>mai/93</b>	27,69
<b>jun/93</b>	30,07
<b>jul/93</b>	30,72
<b>ago/93</b>	32,96
<b>set/93</b>	35,69
<b>out/93</b>	33,92
<b>nov/93</b>	35,56
<b>dez/93</b>	36,84
<b>jan/94</b>	41,31
<b>fev/94</b>	40,27
<b>mar/94</b>	42,75
<b>abr/94</b>	42,68
<b>mai/94</b>	44,03
<b>jun/94</b>	47,43
<b>jul/94</b>	6,84
<b>ago/94</b>	1,86
<b>set/94</b>	1,53
<b>out/94</b>	2,62
<b>nov/94</b>	2,81
<b>dez/94</b>	1,71

**Fonte:** IPEADATA – <http://www.ipeadata.gov.br>

Por fim, ao concluir essa fase, observa-se que a estabilização dos preços, a partir das medidas de política econômica realizadas, foi um fator decisivo que contribuiu para o sucesso do plano. Este também foi reflexo do bom momento político que o país vivenciava naquele período. Em suma, tem-se que o quarto fator, importante, foram as altas taxas de juros e o câmbio apreciado que fizeram com que a estabilidade se mantivesse nos anos seguintes.

### **3 O PLANO REAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS COMO DETERMINANTES PARA A ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS NA ECONOMIA BRASILEIRA**

#### **3.1 Benefícios do Controle do Processo Inflacionário**

Com esta análise, objetiva-se conhecer e entender que, desde o início da implantação do Plano Real, foi possível vislumbrar as primeiras consequências positivas, bem como mostrar que a hiperinflação deu claros sinais de queda e permitiu que, aos poucos, a população recuperasse a confiança na economia nacional, além da recomposição de seu poder de compra.

Embora o ajuste fiscal não tenha sido tão efetivo quanto esperado, o maior controle das contas públicas foi a base de sustentação para as outras etapas de execução do Plano Real. O período de transição da URV foi importante para a eliminação da memória inflacionária e para o surgimento de uma moeda livre de inflação.

Além disso, a transparência atribuiu credibilidade e comprometimento voluntário da população para com a reforma monetária que se apresentava. Por fim, Filgueiras (2000) os esforços de tornar o Real crível via âncora nominal permitiram a estabilização sem a perda de identidade ou sem maiores traumas para a economia.

[...] o consumo “explodiu”, o PIB cresceu 5,8%, em 1994, e elevou-se o rendimento médio das pessoas ocupadas nas diversas atividades econômicas. (FILGUEIRAS 2000, p. 121-122)

A chegada do Plano Real e a estabilização econômica também foram fundamentais para que o Brasil recuperasse a confiança dos mercados internacionais, permitindo a melhora das relações econômicas com outros países, especialmente devido à segurança nas transações comerciais internacionais.

Conforme apresenta Ferrari Filho (2001), com a última etapa do novo plano, a reforma monetária passou a conviver com duas âncoras, a cambial e a monetária, sendo que a primeira teria o intuito de reduzir os preços internos e estabilizá-los, e a segunda serviria para conter a economia no curto prazo e evitar excesso de demanda.

O importante foi que a participação da âncora monetária evitaria o excesso de demanda, fato ocorrido com o Plano Cruzado, ao mesmo tempo em que a âncora cambial contribuiria para a entrada de produtos importados, elevando a oferta interna, evitando, portanto, a elevação sucessiva de preços internos.

A partir da análise dos dados da Tabela 4, apresentada posteriormente, evidencia-se o fato de que o Plano Real mudou o cenário da economia nacional com relação à inflação, tendo seus índices anuais caído de 1476,7%, em 1990, para 14,8%, em 1995, e 9,3%, em 1996.

Tabela 4 - Inflação do Brasil 1985-1999

<b>Período IGP - DI</b>	<b>(%) a. a.</b>
1985	235.1
1986	6.5
1987	416.0
1988	1037.5
1989	1782.9
1990	1476.7
1991	480.2
1992	1157.8
1993	2708.2
1994	1093.9
1995	14.8
1996	9.3
1997	7.5
1998	1.7
1999	20.0

Fonte: IPADATA - <http://www.ipeadata.gov.br>

O que pode se concluir a partir da adoção do Plano Real foi que, apesar do cenário encontrado após a estabilização, todas essas fases e medidas admitidas garantiram que o Brasil, segundo dados de Baer (1996), mostrasse início da taxa de crescimento da economia, já na segunda metade de 1994, à taxa de 5,1% e, em 1995, 8,8% no primeiro trimestre, e, com isso, pudesse enfrentar as diversas crises externas sem experimentar novo descontrole inflacionário, mesmo com todas as adversidades enfrentadas.

Ainda que as políticas monetárias tenham sido restritivas no início do plano, o que se pode concluir, conforme sinalização de Baer (1996) foi que o país conseguiu crescer sem maiores instabilidades, graças ao aumento da demanda e à abertura aos mercados internacionais.

### 3.2 O Setor Financeiro, O Setor Real, As Condições E Atitudes Sociais

A partir do entendimento de que a inflação estaria controlada, tem-se que o poder aquisitivo de grupos de renda mais baixa foi impulsionado, afinal, a renda real sofreu um acréscimo devido ao ajuste nos preços, fato que contribuiu para o fim de fenômenos, como o da ilusão monetária e o da imprevisibilidade financeira.

No entanto, no mesmo sentido em que o país havia retomado o crescimento, havia retomado também as lembranças do Plano Cruzado, que, após o momento de estabilidade, fez com que houvesse uma explosão de consumo e, conseqüentemente, a volta da inflação. Três fatos fizeram com que o consumo aumentasse logo após a queda da taxa de inflação no país.

O primeiro foi o aumento do número de prestações. Devido à elevada propensão a consumir de boa parte da população brasileira, qualquer mínimo aumento na renda faz com que isso se manifeste em consumo. Em segundo lugar, a baixa remuneração nominal nas aplicações financeiras. E, em terceiro lugar, os ajustes salariais ocorridos em cada um dos setores. Neste sentido, as reservas internacionais do país começaram a cair, devido ao crescimento da demanda agregada e à redução da entrada de capitais devido ao momento externo.

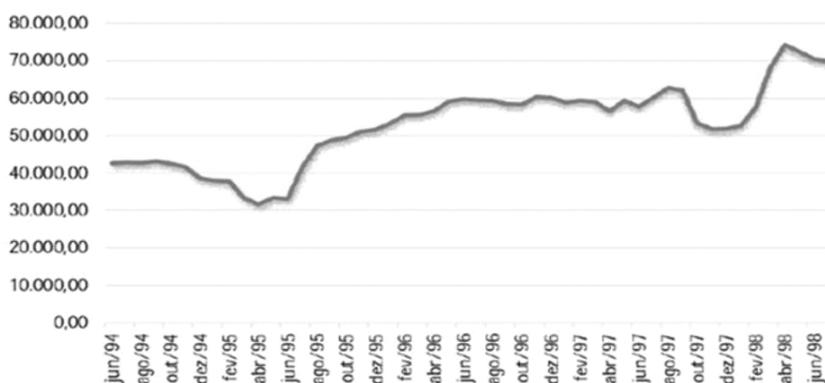
Isso levou a um refluxo dos movimentos internacionais de capital, pressionando as reservas internacionais do país, superpondo-se às pressões decorrentes, desde setembro de 1994, da deterioração da balança comercial. (BACHA 1998, p. 46)

Para impedir que a inflação voltasse com força total como ocorreu nos planos anteriores e para evitar que houvesse uma maior fuga de capitais estrangeiros, e, conseqüentemente, trazer de volta aqueles que foram perdidos devido ao medo de que houvesse uma crise no país parecida com a mexicana de 1994, conforme citado por Krugman (1999), mais conhecida como “Efeito Tequila”, repercutida mundialmente. Provocada pela falta de reservas internacionais, causando desvalorização do peso, a equipe econômica decidiu lançar em março de 1995 um pacote de medidas.

Uma desvalorização controlada, da ordem de 6% em relação à taxa de câmbio da época, após o que o Banco Central passou a administrar um esquema de microdesvalorizações, através de movimentos ínfimos de uma banda cambial com piso e teto muito próximos. [...] Uma alta da taxa de juros nominal, que — expressa em termos mensais — passou de 3,3% em fevereiro para 4,3% em março, aumentando o custo de carregar divisas. (GIAMBIAGI, 2011, p. 167)

Esse pacote logo surtiu efeito, fez com que os investidores retornassem ao país e as reservas internacionais voltassem a subir, como apresentado no Gráfico 4, que retrata as Reservas Internacionais entre o período de junho de 1994 a junho de 1998.

**Gráfico 2** – Reservas Internacionais (US\$ milhões) - 1995 - 1998



Fonte: IPEADATA – <http://www.ipeadata.gov.br>

A política monetária, norteadada pela URV, conseguiu a quebra da correção monetária nos preços e salários na economia além de restaurar as propriedades da moeda. A política fiscal contracionista, por sua vez, realizou o ajuste fiscal tão necessário para possibilitar um controle do nível inflacionário no país.

Assim, para a parcela mais pobre da população a estabilidade foi benéfica. A política de renda do Plano Real foi bem sucedida, porque, a partir do momento em que se tem um maior controle dos valores reais dos salários – até então indexados a URV – pela média real, não havia mais a perda de renda advinda da inflação como antes.

Desse modo, se um indivíduo tivesse um ganho equivalente a R\$ 100,00 no início do mês, com uma inflação de 40% ao mês, ao final do mesmo período, seu poder de compra seria o equivalente a R\$ 60,00. Com o Plano Real, essa situação seria diferente, uma vez que os seus efeitos com a indexação da URV contribuíram para a manutenção da renda real da população.

### **3.3 Os Impactos Da Estabilização Nas Classes De Renda Médias E Baixas Frente Ao Mercado De Bens E Serviços**

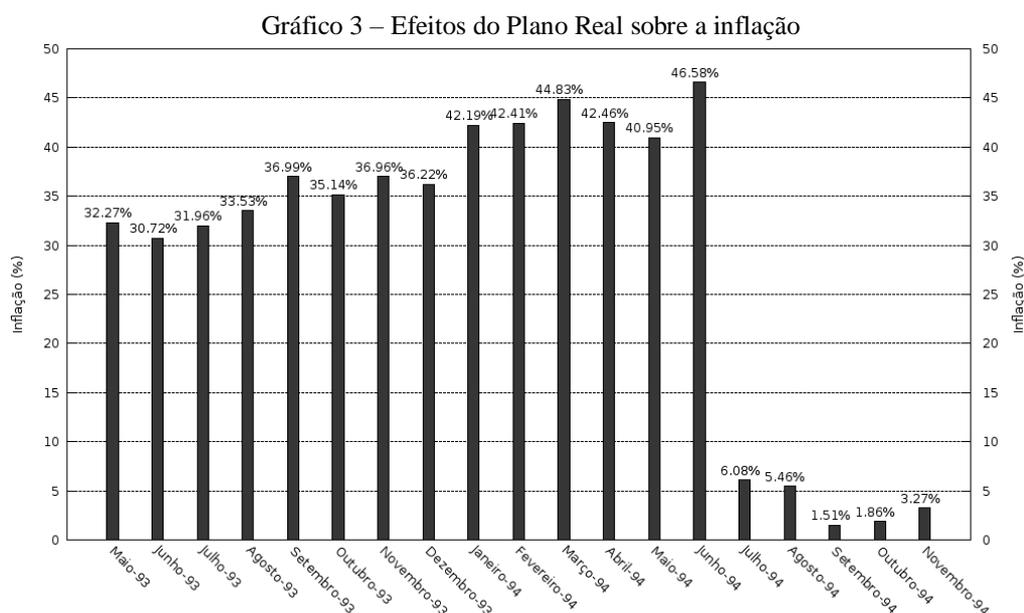
O Plano Real conseguiu, por meio de um forte ajuste fiscal e de uma política monetária contracionista seguida de desindexação de preços e salários, viabilizar, no período de 1994 a 1999, o controle inflacionário sem deixar sequelas na economia brasileira. Da mesma forma, com a implementação do Plano Real constatou-se, ainda, alterações significativas na macroeconomia e na credibilidade do Brasil no exterior,

além de contribuir para a constatação de grandes transformações na vida diária dos brasileiros.

Ao longo do desenvolvimento dos capítulos anteriores, verificou-se, do ponto de vista econômico, pontos positivos e negativos com a edição do Plano Real, obtendo-se como destaque a estabilização da economia brasileira mediante o controle da inflação; paridade da moeda nacional ao dólar americano; baixa manutenção do poder de compra do trabalhador e aumento do desemprego.

Com os efeitos do Plano Real, os impactos foram substanciais para a redução da pobreza no Brasil, atingindo de forma positiva, principalmente, as classes de renda média e baixa, uma vez que, antes da sua efetivação, o aumento generalizado dos preços consumia o poder aquisitivo das pessoas, deixando-as sem alternativas. Por consequência, fica evidente que os efeitos maléficos da inflação reduziram as alternativas de competição da população de baixa renda.

De acordo com Reis (2018), os resultados do Plano Real possibilitaram a recuperação econômica, o retorno do poder de compra de grande parte da população, em razão da queda nas taxas de juros, cuja consequência foi a melhoria do crédito liberado ao consumidor brasileiro. Nesse sentido, pode-se observar que, em junho de 1994, a inflação, que havia chegado a 46,58%, caiu para 6,08% em julho, com a valorização da moeda nacional. Da mesma forma, em setembro do mesmo ano, a inflação chegou ao patamar de 1,51% de acordo com o Gráfico 5 que é apresentado a seguir.



Fonte: Reis, Tiago (2018) - <https://www.suno.com.br/artigos/plano-real>

À vista disso, pesquisas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam que um dos principais ganhos do Plano Real foi reduzir a pobreza ao combater a hiperinflação. Assim, os efeitos foram constatados rapidamente. Um ano e meio depois da implantação do real, em julho de 1994, o total de brasileiros em situação de vulnerabilidade, que somava 34,5%, em 1993, caiu para 28,4%, em 1996.

A manutenção da estabilidade de preços, a criação de empregos, a adoção de políticas de valorização do salário mínimo e de programas sociais, associadas ao crescimento econômico, derrubaram a pobreza até meados da década de 2010. Nesse sentido, o Plano criou as condições necessárias para a estabilização da economia e potencializou o consumo, aumentando, por conseguinte, o poder de compra da população.

As pessoas passaram a adquirir produtos considerados caros, como iogurte, por exemplo, que virou uma espécie de símbolo do sucesso do Plano Real, na época. Até então, a maioria das famílias brasileiras não tinha sobras no orçamento para gastar com supérfluos.

Todos os segmentos da população ganharam aumentos de renda em torno de 12% ao ano, em um ritmo de milagre econômico. A incerteza crônica foi, de uma maneira muito rápida, retirada da economia e substituída por uma fase de “boom” econômico e social.

Outros fatores que são parâmetros para se auferir o desenvolvimento socioeconômico cresceram durante a vigência do Plano Real. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), conforme consta dos indicadores da Tabela 5, mostra que o Brasil foi um dos países que mais subiu (RDH) Relatório de Desenvolvimento Humano - índice que contribui para a divulgação de um relatório internacional - que discute temas importantes e permite comparar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em mais de 170 países.

Esse relatório registra também que o Brasil foi um dos países que mais cresceu nessa classificação durante o período do Plano Real, que, dentre outras coisas, promovia auxílios de programas de incentivo a toda população.

Tabela 5 – Indicadores, índices, IDH e classificação do desenvolvimento humano no Brasil (1990 – 1998)

Relatórios (RDH)			Indicadores, Índices e IDH do Brasil								
Ano dos relatórios	ranking do Brasil	Número de Países	Idade de vida (anos)	Índice de Saúde	Taxa de alfabetização (%)	Taxa de matrículas (%)	Índice de Educação	PIB REAL (US\$ PPC)		Índice de Renda	IDH BRASIL
								IDH percapita	Percepta ajustado		
1990	80°	130	<b>65</b>	0,65	78	–	<b>0,74</b>	4.307	–	<b>0,963</b>	<b>0,784</b>
1991	60°	160	<b>65,6</b>	0,645	78,5	3,3	<b>0,726</b>	4.620	4.620	<b>0,905</b>	<b>0,759</b>
1992	59°	160	<b>65,6</b>	0,645	81,1	3,9	<b>0,623</b>	4.951	4.851	<b>0,952</b>	<b>0,739</b>
1993	70°	173	<b>65,6</b>	0,645	81,1	3,9	<b>0,623</b>	4.718	4.718	<b>0,924</b>	<b>0,73</b>
1994	63°	173	<b>65,8</b>	0,68	82,1	4	<b>0,637</b>	5.240	5.142	<b>0,953</b>	<b>0,756</b>
1995	63°	147	<b>66,3</b>	0,688	81,9	70	<b>0,779</b>	5.240	5.142	<b>0,943</b>	<b>0,804</b>
1996	58°	147	<b>66,5</b>	0,692	82,4	72	<b>0,789</b>	5.500	5.500	<b>0,909</b>	<b>0,796</b>
1997	68°	175	<b>66,4</b>	0,69	82,7	72	<b>0,791</b>	5.362	5.362	<b>0,872</b>	<b>0,783</b>
1998	62°	174	<b>66,6</b>	0,693	83,3	72	<b>0,795</b>	5.982	5.982	<b>0,938</b>	<b>0,809</b>

Fonte: relatórios de desenvolvimento humano (PNUD: 1990 – 1998).

A partir de 1993 e, mais intensamente, com a estabilização em junho de 1994, esse processo foi revertido, com crescimento da economia até 1997. Para Além e Giambiagi (1997), a implementação do Plano Real provocou alterações significativas na macroeconomia e na credibilidade do Brasil no exterior, além de gerar transformações no cotidiano dos brasileiros.

Entretanto, como resultado significativo destaca-se que, a partir da estabilização de 1995, viabilizada pelo Plano Real, houve uma tendência crescente do consumo privado, que seguiu uma trajetória ascendente. Isso porque houve um aumento da demanda por bens de consumo, por um lado, em razão do favorecimento da chamada população de renda mais baixa com demanda reprimida e alta propensão marginal a consumir.

Por outro lado, em razão da restauração dos mecanismos de crédito, que beneficiaram todas as classes de renda, alguns produtos que antes só eram consumidos pelas classes altas da sociedade passaram a ser acessíveis para as classes mais baixas, C e D. Por exemplo, os eletrodomésticos e os alimentos industrializados.

Segundo Além e Giambiagi (1997, p. 4), após a implantação do Plano Real, o Brasil experimentou a queda significativa das taxas de inflação e, a partir desse novo contexto, tornou-se possível a restauração dos mecanismos de crédito como o alargamento dos prazos de pagamento e a facilidade na obtenção dele. Apesar das altas taxas de juros e das medidas restritivas do Banco Central, o crédito expandiu-se no período.

Por fim e de forma reduzida, as principais conquistas obtidas pela criação do Plano Real foram: a redução da inflação e contenção do aumento dos preços; a retomada do crescimento econômico e da geração de postos de trabalho; o maior poder aquisitivo para famílias, principalmente as de baixa renda, e a modernização do setor industrial brasileiro.

## CONCLUSÃO

De acordo com os objetivos levantados e descritos anteriormente, parte-se do princípio que o processo de estabilização do nível de preços teve sua solução buscada nos planos de estabilização nominal ou monetária, e que, para tal, procurou-se, neste trabalho, se definir tais planos e apresentar de forma conclusiva qual o entendimento que se teve para dar solução adequada à referida estabilização de preços.

Indagou-se ainda sobre a necessidade de se obter conhecimento que fosse determinante para o sucesso do Plano Real quanto ao objetivo proposto e quais as consequências advindas para tal procedimento. Desta forma, explorou-se a necessidade de mostrar que a citada estabilização de preços, realmente, teve seu êxito a partir do referido Plano, já que obteve vários benefícios e contribuições tanto para o equilíbrio como para a redução dos efeitos negativos para os contingentes de pobreza absoluta, como para a ampliação dos acessos para as classes de rendas média e baixas ao mercado de bens.

Tornou-se possível afirmar que a política monetária, com a integração da URV, foi determinante para a quebra dos efeitos corretivos da moeda, além do ajuste fiscal, pautado em uma política fiscal restritiva, que pode ser verificado para contribuir com a estabilização dos preços.

Para o sucesso do Plano Real, com auxílio dos vários autores pesquisados, foi possível entender que antes de sua implementação, com as diversas tentativas de ajustes até então verificadas, notava-se que os agentes econômicos chegavam a um ponto de saturação com os efeitos da inflação. Em seguida, podem ser citadas as experiências sem sucessos dos planos anteriores, também estava evidente o fato de as importações estarem mais disponibilizadas que anteriormente, fato que permitiria um certo controle dos preços; e, por fim, a conhecida liderança das autoridades monetárias, à época.

Desta forma, foi possível concluir que a política de rendas do Plano Real foi bem sucedida, já que a partir do momento em que se tem um maior controle dos valores reais dos salários, até então indexados à URV, pela média real, fato que mostrou clareza quanto a não constatação de perdas de renda advindas da elevada evolução dos preços como antes, fato que denotava menos inflação. Por isso, pode-se concluir que, para a parcela mais pobre da população, a estabilidade foi benéfica.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALÉM, A.C. et al. **O Aumento do Investimento: o desafio de elevar a poupança privada no Brasil**. 1997. Disponível em: <[https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev801.pdf](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev801.pdf)> Acesso em: 21 de maio 2021.

BACHA, E. L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. **O Brasil pós Real**. 1ª. ed. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1998.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo, Nobel, 1996.

BRANSON, Willian H.; LITVACK, James. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro, Harbra, 1978.

BRITO, Paulo. **Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história na nova república. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DECRETO-LEI nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, **Plano Cruzado**, Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do Seguro-Desemprego e dá outras providências.

FERRARI Filho, Fernando. **O legado do Plano Real: uma estabilidade sem crescimento econômico? Análise Econômica**, Porto Alegre, nº 35, p. 5-21, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10650/6285>> Acesso em: 21 de maio 2021.

FLIGENSPAN, F. B. Uma visão global da economia brasileira durante a vigência do Plano Real: Avanços, impasses e um cenário de crescimento com exclusão. In: **Indicadores econômicos FEE**, v.2 nº1, 1998.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. <<https://portal.fgv.br>> Acesso em: 21 de maio 2021.

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea 1945-2010**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JR., "**Economia Brasileira Contemporânea**". 7º Edição, 2011. Editora Atlas S.A, São Paulo.

GREENSPAN. Alan. **Opening Remarks**. No Simpósio sobre como alcançar a estabilidade de preços. Procedimentos de uma conferência realizada pelo Federal Reserve Bank de Kansas City. Agosto de 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas sociais: acompanhamento e análise; Boletim de políticas sociais, Brasília, DF.

KRUGMAN, Paul. Uma nova recessão e o que deu errado: como entender a crise da economia mundial. Tradução de Afonso Celso de Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, J. D. C.; ROSSETTI, P. **Economia monetária**. 6. ed. rev., ampl. e atual. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARIANO, J. **Introdução à economia brasileira**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 542, de 30 de Junho de 1994, Dispõe sobre o **Plano Real**, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

MODIANO, Eduardo. **Terceiro Choque x Primeiro Pacto**, versão preliminar, Campus, 1988.

\_\_\_\_\_. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEREIRA, L. C. B.; NAKANO, Y. **Inflação e recessão**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Inflação e recessão: a teoria da inércia inflacionária**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD (1999). Relatório de desenvolvimento humano 1999: conceito e medida do desenvolvimento humano. Lisboa: Tricontinental.

REZENDE Filho, C. D. B. **Economia brasileira contemporânea**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RESENDE, A. L. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. PUC Rio de Janeiro, 1984.

TIAGO Reis, **Plano Real: saiba como esse plano salvou a economia brasileira**. Publicado em: 05/10/2018 08:36. Atualizado em: 19/02/2021 10:03, Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/plano-real>> Acesso em: 21 de maio 2021.

VASCONCELLOS, M. A. S. D. **Economia: micro e macro**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**MONOGRAFIAII: ACEITE DO ORIENTADOR**

**Goiânia, 07 de junho de 2021.**

**ALUNO: WILLIAN XAVIER DE ARAUJO**

**MATRÍCULA: 2017.2.0021.0011-0**

**ORIENTADOR: GESMAR JOSÉ VIEIRA**

**TEMA: PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA: nível dos preços no  
Brasil (1985 – 1999)**

**À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Havendo acompanhado a elaboração da Monografia II, com o Tema acima mencionado e tendo examinado a versão final, considero satisfatório o trabalho monográfico e julgo por bem encaminhá-lo à *Banca Examinadora*.

Orientei o(a) aluno(a) **WILLIAN XAVIER DE ARAUJO**, para que inclua este *ACEITE* no exemplar final a ser enviado, via eletrônica, à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, no formato digital, conforme normas da ABNT, para realização de Trabalhos de Final de Cursos.

O exemplar definitivo deverá conter na capa, os dizeres da folha de rosto e, na lombada, o título da monografia e o último sobrenome do autor.

Caso não sejam cumpridas essas e outras exigências institucionais, solicito que a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia notifique o (a) aluno(a) que a nota atribuída à Monografia não será considerada ate que satisfaça essas determinações e não poderá colar grau até que as cumpram inteiramente.

Atenciosamente,

Orientador:: Prof. Me Gesmar José Vieira

**RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE**

**ANEXO I**

**APÊNDICE ao TCC**

**Termo de autorização de publicação de produção acadêmica**

O(A) estudante **WILLIAN XAVIER DE ARAUJO**, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula **2017.2.0021.0011-0**, telefone: (62) 99172-3598, e-mail [willia.xavier1209@gmail.com](mailto:willia.xavier1209@gmail.com), na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA: nível dos preços no Brasil (1985 – 1999)**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 21 de junho de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): Willian Xavier de Araujo

Nome completo do autor: **WILLIAN XAVIER DE ARAUJO**

Assinatura do professor-orientador: Gesmar José Vieira

Nome completo do professor-orientador: Prof. Me Gesmar José Vieira